



Debate: Vandana Shiva e o mundo atual

Vandana Shiva¹
Por Jaime Sautchuk²

¹ Vandana Shiva é membro do Conselho Editorial de Sustentabilidade em Debate

² Jaime Sautchuk é jornalista e escritor. Nasceu em Joaçaba (SC), em 1953. Foi office-boy e bancário em Curitiba (PR), até virar jornalista, aos 18 anos, em Brasília. Trabalhou em vários órgãos da grande mídia e nos principais veículos da imprensa de resistência ao regime militar. Tem mais de uma dezena de livros publicados. Sua atividade profissional e pessoal sempre esteve ligada aos interesses populares.

Introdução

A física nuclear indiana Vandana Shiva continua a mesma militante, o que tem mudado um bocado (para pior) é a realidade ao redor do planeta em que vivemos. Mas isso apenas reforça suas ideias, conceitos, pregações e ações na busca pelo desenvolvimento sustentável em plena sintonia com a justiça social. Sua formação acadêmica se deu em universidades da própria Índia, do Canadá e dos Estados Unidos. Mas ela prefere se dizer “formada na universidade da floresta”, numa referência à sua proximidade com movimentos populares, em particular dos camponeses de seu país.



Graça Fleury

Sua farta obra, com mais de 30 livros publicados — além de centenas de artigos, palestras e propostas de lutas —, há décadas granjeia simpatizantes mundo afora. “Estar ao lado dos últimos”, título de um de seus livros, expressa bem seu sentimento de combate à ganância, prepotência e descompromisso daqueles que levam a Humanidade para o caminho da autodestruição. Os “últimos” são aqueles que foram privados pela força de usufruir dos bens que são comuns, mas estão sendo apropriados por poucos. Os mesmos que desprezam a Natureza e se lixam para um futuro de harmonia entre os humanos e o meio em que vivem.

Ao beirar os 60 anos de idade, ela esteve no Brasil para tomar parte, em 19 de abril passado, do seminário “Krisis – Meio Ambiente”, que integrou a 1ª Bienal Brasil do Livro e Leitura, realizada em

Brasília(DF). Ali, ela discorreu sobre o tema “A Idade dos Limites: o mundo em busca de uma nova relação com a natureza”, juntamente com o filósofo inglês John Gray. O enorme auditório superlotado e o volume de perguntas do público a ela dirigidas nos debates demonstraram que seu prestígio por aqui é de impressionar, especialmente entre a galera mais jovem.

O fato de eu participar daquela mesa, na condição de mediador, possibilitou meu convívio com essa pensadora e ativista por bem mais tempo do que as duas horas e 20 minutos que durou o encontro público daquela noite. Em longa conversa, entrecortada de compromissos dela com a mídia e assédios de admiradores, foi possível armazenar as impressões, lembranças e informações que adiante estão alinhavadas.

Ela falou sobre os temas mais comuns na sua trajetória, mas também deu opiniões sobre a universidade, o livro como ferramenta de luta, a correlação de forças no mundo e a relação mulher-ecologia. E deu informações de foro pessoal, mas com sutileza política, como a de que ela não é casada, mas tem um filho, já adulto.

Para facilitar a leitura, as falas de Vandana foram agrupadas em blocos temáticos. Um pequeno texto, realçado, apresenta cada um desses temas, onde estão resumidas as ideias e informações por ela passadas, nesta entrevista solta, em formato de conversa, em que ela, por vezes trocando os papéis, também fazia perguntas sobre assuntos relacionados ao Brasil. Vejamos:

A universidade pública é fundamental na construção de um mundo sustentável, em que vigorem valores como a solidariedade, o respeito ao bem comum e a justiça social.

Eu acredito que há dois importantes papéis para a universidade em um mundo em mudança. O primeiro é a própria universidade mudar, no

sentido de ficar cada vez mais interdisciplinar, mais conectada com a realidade e ser efetivamente relevante para a sociedade. Se você olhar para os Estados Unidos, por exemplo, o jovem já educado sai da universidade e tem ir para as ruas para protestar porque 1% deles consegue se incluir, mas 99% ficam de fora.

Eles fizeram graduação, mestrado e são até PhDs, mas não têm emprego. É claro que eles têm que despertar para o futuro do seu país, um futuro em que a economia seja sustentável e crie oportunidades para todos. Devem propor mudanças, porque irão compreender que não se pode viver em uma sociedade cuja estrutura parece criada para destruir empregos e destruir a Natureza.

E aí entra o segundo grande papel que deve ser desempenhado pela universidade. A principal característica da universidade é que ela tem que continuar pública. Precisa ser pública. Não podemos suportar a privatização da educação e a privatização do conhecimento. Conhecimento privatizado significa conhecimento nenhum. O conhecimento não pode ser transformado em produto, em mercadoria qualquer, que é vendida para atender a alguns interesses. Isso não ensina ninguém. Você não pode aprender um pouquinho de tecnologia para aplicar aqui ou acolá e apenas saber migalhas das ciências, de como se move o mundo. É na universidade que se forma o cidadão, no sentido mais profundo do significado de cidadania. A universidade tem que ensinar o que é a vida.

Eu posso falar até da minha experiência pessoal quanto a esse aspecto. Eu comecei a vida como física, numa perspectiva acadêmica, mas mudei profundamente quando conheci um movimento chamado Chipko, que significa “abraço”. Quando este movimento apareceu em nossa região, as mulheres vieram para o Himalaia e disseram “não cortem essas árvores”, estas florestas

protegem a água, protegem o solo, fornecem alimentos. Eu abracei esta causa. Longe da academia.

Anos depois, eu voltei para a universidade para implantar um pequeno instituto, destinado a atender pequenas comunidades. Foi então que me dei conta de que, na maioria das universidades, o ensino é estanque, setorizado e dirigido. O curso de geologia trata de mineração, o de floresta é sobre madeiras e assim por diante. Mas não se ensinava como proteger os rios, o solo, as florestas, as montanhas, como se usar bem a água. Este conhecimento existe, está com o povo, está com pesquisadores, nas atividades interdisciplinares.

Foi nesse processo, nessa volta minha e com essa constatação, que nasceu a Fundação de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Ecologia. É uma entidade afastada daquele sentimento de pessoas correndo para preparar um novo *paper*, correndo atrás de uma nova promoção ou de algum cargo. Passamos a trabalhar na pesquisa visando servir os que não têm poder, não para atender os poderosos, que se apropriam dos recursos que são de todos.

O ensino privado não perde tempo com isso, não está preocupado com o ser humano, no sentido social. Ou seja: a universidade pública é absolutamente fundamental para a construção de um mundo sustentável.

Com mais de 30 obras publicadas, Vandana defende que o livro não deve ser um fim em si. É apenas um começo de um processo de difusão de conhecimento e de experiências que ajudem a fortalecer os movimentos em que seu autor esteja engajado.

Em um determinado momento da minha vida, desde as primeiras atividades, comecei a colocar minhas experiências no papel, primeiro como documentos técnicos para o governo, mostrando como estávamos acabando com a água, com os

solos, com a biodiversidade toda. Especialmente um sobre os recursos hídricos do meu país, que teve muita repercussão.

Esses documentos serviram de bases para traduções feitas para o Português, por exemplo, para subsidiar o movimento contra a monocultura na atividade agrícola. E muitos outros documentos, sobre mineração, sobre biopirataria, sobre a luta das mulheres e assim por diante. Mas eram ações pontuais, ainda sem um caráter mais amplo, de compreensão dos meios de que dispomos para nos comunicar.

Em 1985, surgiu o Movimento Global para Proteção das Florestas Tropicais (*Rain Forests*). José Lutzemberg, que era ministro aqui no Brasil, já participava de um movimento, que eu também participava, no Quênia. Então juntamos forças para colocar o projeto para frente. Na Conferência da Mulher, que se realizava em Nairobi, houve várias falas e ações sobre esse movimento que surgia, suas implicações, sua importância. Era uma forma de chamar a atenção das mulheres para a ecologia. Não há luta específica da mulher que esteja desconectada dos problemas ambientais

Eu senti que ali, naquele evento, estava uma oportunidade para colocar o debate feminista em contato mais direto com a ecologia. Muito mais do que isso até, porque é fácil perceber que a mulher tem mais inclinação para compreender nossa relação com a ecologia. Talvez pela sua situação em nossas sociedades, a mulher percebe com maior facilidade a importância desse convívio e tem mais aversão a inovações desconectadas da realidade, como os alimentos provenientes de mutações genéticas. Nasceu assim o que é chamado de *Ecofeminismo*.

Então, uma editora britânica pegou isso e resolveu publicar em livro. Eu disse a eles que não tinha problema algum, mas que eles colocassem o livro em nome do movimento, não em meu nome.

Contudo, uma pessoa da editora sentou para tomar um café comigo e me convenceu que o fato de eu escrever sobre aquele tema era parte do espírito do próprio movimento. Um precisava do outro. E assim nasceu o que eu considero como meu primeiro livro.

Hoje ficou mais fácil, mais costumeiro. Cada tema ou cada nova forma de abordar um tema pode virar um livro e assim atingir muito mais gente em todo o mundo. Não se trata de promoção pessoal, mas de difusão de ideias. Não posso bloquear as coisas em mim. Os assuntos têm que fluir, como os rios fluem. E isso eu faço muito, sobre os mais diversos campos do conhecimento, porque cada experiência que vivemos deve ser coletivizada de todas as formas que pudermos.

Eu trato meus livros como escritos a serviço dos povos da Terra. Ou seja, não se pode ver o livro como algo que tem um fim em si próprio, pois ele não é um fim de nada. O livro é o começo, é parte de um processo, de um movimento. Vai gerar mais debates, ideias, programas de rádio e TV, vai circular, enfim. Se for para constar de um currículo e ficar na estante, não serve para mim.

A biopirataria, que é a apropriação indevida da Natureza ou do conhecimento para fins de lucro e dominação, representa a nova face do colonialismo. Tão agressiva e dilapidadora quanto há 500 anos.

A biopirataria é um dos piores males que encontramos no modelo econômico que nos é imposto. É um dos piores inimigos da vida sustentável no Planeta. Particularmente nos últimos 25 anos, venho me empenhando na proteção das sementes, porque as grandes corporações viraram donas de tudo. Elas alegam que criaram as sementes das quais se apropriaram e aplicam os royalties, que têm custos altíssimos aos proprietários de nosso país. Esses royalties levam nossos produtores à morte. Na

Índia, milhares de pequenos produtores cometeram suicídio nos últimos anos. Assim, nossa luta mais acirrada é contra essa expropriação.

Eles (as grandes corporações dos países centrais) estão roubando tudo. A biodiversidade nativa e o conhecimento nativo, tudo eles querem para eles. Até os nomes das plantas, de uma bela árvore eles querem controlar. Nós temos na Índia um tipo de arroz que é extremamente aromático. Uma companhia americana, chamada RiceTék, patenteou a planta e diz que é deles. Quando Cristóvão Colombo chegou a este Continente, ele disse: “esse pedaço do mundo é meu”. E assim eles continuam fazendo. A biopirataria é a cara nova do colonialismo.

O Brasil conhece muito bem esse problema. Especialmente na Amazônia, essa gente chega aqui pega uma planta qualquer e diz “essa é minha”, registra uma patente lá fora e pronto. Viram medicamentos, cosméticos, tinturas e tudo o que se imaginar. E depois vem vender aquilo que roubou. Na grande monocultura, dizem que inventaram novas sementes e cobram um bom dinheiro para que o agricultor possa usar a mesma semente, adaptada aos agrotóxicos deles, verdadeiras bombas destrutivas que são vendidas a preço de ouro e o produtor tem que usar. Não há sustentabilidade nisso.

Um dos casos mais conhecidos no mundo inteiro, pela sua ousadia, é aqui do Brasil mesmo, com a ayahuasca. Milhares de índios produzem esse preparado e, no entanto, queriam pôr as mãos não só na fórmula de preparo, mas no próprio nome. Para sorver sua bebida, o brasileiro iria ter que batizá-la com outro nome, para não ter que pagar royalties. E, em muitos casos, se a fórmula também tiver sido patenteada, há que pagar para usá-la!

Eu promovo uma ação não violenta de controle da semente, conservando o solo, construindo as culturas, com a difusão do conhecimento por todos os meios possíveis. A semente nas mãos

das comunidades, como um bem comum, tem grande valor. Já nas mãos de uns poucos, não têm valor algum para a sociedade. Têm para os usurpadores, que enriquecem saqueando o mundo.

Foi por isso que, em 1991, fundamos um movimento denominado *Navdanya* (Nova Semente), que procura levar a luta contra a biopirataria para o mundo todo. As sementes nativas, em lugar das transgênicas, têm um significado muito maior do que o da reprodução pura e simples, em qualquer lugar do mundo. Elas têm um vínculo cultural com o agricultor e suas comunidades e deste modo fica mais fácil produzir alimentos mais saudáveis, sem os venenos que são colocados nas plantas para forçar uma adaptação.

Uma maneira de lutar contra esse roubo da nossa biodiversidade é as comunidades se adiantarem e fazerem registro de tudo, até mesmo do conhecimento. Uma criança que nasce, pode muito bem ser considerada herdeira de tais e tais conhecimentos que são propriedades da sua comunidade e não podem ser usados por quem não estiver autorizado. Ou seja, cria-se um arquivo vivo para o futuro, pois a criança nem sabe direito por que está ali, nem quais os seus direitos básicos e muito menos o que é biodiversidade. Mas é uma forma de se proteger com as mesmas armas.

Obtêm-se um documento legal dizendo que isto e aquilo é propriedade desta ou daquela pessoa, comunidade ou instituição para se resguardar. Mas, para isso, ainda dependemos da revisão de 1999 da *Global Intellectual Property Law* (Lei Global da Propriedade Intelectual). Todo mundo sabia que esta lei não prestava, pois permite grandes jogadas na expropriação do conhecimento. Naquele ano foi aberta a possibilidade de os países alterarem esse instrumento, mas nenhum país avançou nessa questão, porque sempre esbarra em algum empecilho, acaba adiando decisões e assim vai indo.

Em verdade, o que ocorre é que existe uma poderosa barreira que impede qualquer ação neste sentido. O ideal, é claro, seria a extinção das patentes, que poderiam existir como um instrumento para algo efetivamente inventado. É por isso que lutamos. Queremos justiça num plano global. E já se tem obtido muitas vitórias no mundo inteiro. Mas, isso não é tudo, porque a roubo-lheira continua.

De todo modo, a luta contra a biopirataria deve ser travada no dia a dia, em cada um de nós. Se eu sou agricultor, eu devo colocar em minha cabeça e em meu coração a ideia de que o que eles estão fazendo é um crime e que seu entrar no jogo deles eu estarei protegendo e enriquecendo criminosos. O extensionista rural, o comerciante, todos também devem pensar assim. É uma luta pacífica, mas muito eficaz quando ganha grande número de adeptos.

O mito de que o crescimento econômico e o avanço tecnológico, juntos, seriam a salvação da Humanidade, e de que é preciso ser rico para preservar a natureza resultou na crise atual, com gravíssimas consequências, especialmente na Europa.

Nós temos sido impregnados por uma narrativa equivocada, falsa, que vem especialmente dos grandes grupos econômicos e dos países ricos. É uma argumentação que tenta convencer a todos que para proteger o meio ambiente você precisa ser rico. Você teria que primeiro acumular riqueza para, só depois, cuidar do meio ambiente. Só muito dinheiro poderia proteger a Natureza.

Difundiou-se a ideia de que pregar a harmonia entre o ser humano e a Natureza é uma visão holística do mundo, ultrapassada diante de uma chamada modernidade que nos é imposta pelo capitalismo. O consumismo quer se impor de qualquer maneira, mesmo que isto signifique a des-

truição do ambiente. Boa parte do que se consome no mundo hoje é supérfluo, são bens que, na verdade, as pessoas não precisam. Este é um modelo insustentável, a começar pelo fato de que boa parte da Humanidade precisa se preocupar em levar alimentos para dar aos filhos à noite. Não há dinheiro sobrando.

Na minha parte do mundo, como é também aqui no Brasil, proteger a Terra é proteger a vida. Proteger a Terra é assegurar o acesso de todos aos nossos recursos naturais, a começar pela água, pelos alimentos, pelo direito ao compartilhamento daquilo que é bem comum, e isto significa justiça social. Justiça social e ecologia sustentável são, portanto, duas faces da mesma moeda. E a moeda é a Terra, com seus recursos para suprir as necessidades básicas de todos os seres humanos, que são a disponibilidade de água, do alimento, da moradia digna, da saúde.

Se você concentra os recursos naturais nas mãos de poucos, você vai ter uns poucos muito ricos e os demais serão pobres, cada vez mais pobres, excluídos do acesso aos bens que são comuns, que são de todos. Temos no mundo pelo menos um bilhão de pessoas que não têm nenhum acesso a alimentos. E mais dois bilhões que padecem de doenças decorrentes da pouca alimentação. O direito a alimentação é um dos mais fundamentais elementos da justiça social e a produção de alimentos é a sustentabilidade.

Eu estive no Brasil há 20 anos, na Rio-92. A grande diferença que vejo entre Índia e Brasil é sobre a quantidade de pessoas que foram movidas do campo para as cidades, que aqui é proporcionalmente maior. Em todo o mundo, entretanto, há uma confusão entre a biodiversidade e uma vida que para muitos é a mais atraente, mas que é artificial. O meio ambiente não é algo separado da gente. Meio ambiente é ecologia e ecologia é a base da vida. É o que nos aproxima da Natureza,

dos nossos rios, dos nossos lagos, dos lençóis subterrâneos.

Tudo o que o ser humano precisa está relacionado com o meio ambiente e este não é apenas aquilo que está ao nosso redor, mas é a base da vida. Se as coisas não funcionarem no ambiente, o que acontece conosco? Se a árvore não produzir oxigênio? Se a floresta Amazônica não fosse o pulmão do Planeta? No Brasil mesmo, não vejo por que haver gente com fome, se está tudo aí. Seria, portanto, inaceitável dizer que alguém passa fome numa realidade assim. Mas a distorção proposital dessa relação faz com que haja pobres, sem acesso aos bens que são seus também.

Os índios da Amazônia se tornam pobres quando a floresta é cortada. E tomo conhecimento do caso dos índios Kraô, de Goiás, cujas comunidades foram dizimadas e colocadas em situação degradante pela interferência do homem branco, que lhes impôs uma agricultura “mais avançada”, ignorando a cultura daquele povo. Uma semente da Monsanto é muito diferente. Anos depois, a reintrodução do milho tradicional da tribo, que ficara congelado em laboratório de pesquisa, as famílias se reorganizaram e as aldeias voltaram a ter vida normal.

O caminho correto é de o homem se fixar no campo para produzir mais e mais alimentos, não o inverso, que é ir para as cidades e não dispor desses meios de subsistência. A volta do homem para o campo é o caminho para se cuidar da terra, da água, acabar com o desemprego, assegurar a sustentabilidade.

O modelo agrícola da monocultura em vastas extensões ignora o ser humano e caminha no sentido inverso de uma vida sustentável. Tira o homem do campo e não garante a produção de alimentos. Se esse modelo da semente contralada e modificada fosse a solução, não haveria tanta

gente passando fome no mundo. Esse processo já vem de longe e conta com o apoio de organismos internacionais, em especial o Banco Mundial. O Brasil é um caso conhecido de projetos desse tipo, especialmente na monocultura soja, por exemplo.

A água. Os conflitos internacionais buscam o controle de recursos naturais, hoje com foco na água. Ao mesmo tempo, a poluição e o desperdício são as marcas de países, como o Brasil, que detêm recursos hídricos em abundância.

A água se torna um problema cada vez mais grave, com mais e mais conflitos eclodindo ao redor do mundo pelo seu controle. E em muitos países, inclusive no Brasil, vêm sendo adotadas medidas para privatizar a água. A parte mais sensível, mais importante de toda a biodiversidade está sendo privatizada! Isso é simplesmente inacreditável. Justamente um recurso que deveria ser cuidado com maior atenção, para garantir seu bom uso e sua divisão equânime entre as pessoas e comunidades.

Os novos donos da água fazem dela o que bem entendem. Na Índia, a Coca-Cola simplesmente confisca a água de comunidades inteiras para suas unidades industriais. E isso ocorre no mundo inteiro. Quando a água não é confiscada para uso direto pelos grandes grupos econômicos, os mananciais passam a ser inutilizáveis por causa da poluição gerada por alguma atividade predatória para a sociedade, mas que está enriquecendo alguém.

Soube que aqui no Brasil, que dispõem de recursos hídricos em abundância, a maior parte de sua água doce está comprometida e não pode ser consumida pelos seres humanos. Além disso, chegaram às minhas mãos indicadores de que grande parte dos conflitos no campo, aqui, são por

causa de água. Muitos proprietários se apropriam da água como se um rio, um lago ou mesmo um lençol freático fosse deles. Os outros, em especial o pequeno produtor, às vezes já fragilizado por falta de apoios, fica sem acesso àquele recurso.

Além disso, tem o problema das hidrelétricas. O impacto socioambiental dessas usinas é enorme. É o caso da Índia e do Brasil também. Primeiro, porque a gente não sabe direito a quem servem essas barragens. A energia muitas vezes passa longe das populações para atender a projetos específicos de grandes grupos. Vocês citam aqui o caso da usina de Tucuruí, que foi construída basicamente para atender a indústrias de alumínio, que é uma indústria problemática, porque gasta muita energia e polui de maneira muito grave.

E essas usinas, hoje, já são construídas por empresas privadas, que passam a ter controle do rio e de suas margens, desalojando milhares e até milhões de pessoas, em alguns países. Essa gente é forçada a deixar seus ambientes para ser jogada em algum lugar qualquer, às vezes longe dali, e com muita sorte vai conseguir ter luz em suas casas, se conseguir pagar. E os rios, em geral, ficam bloqueados para a navegação, para os peixes e assim por diante.

Os BRICS. Essa é uma das grandes novidades do mundo atual e pode significar uma mudança fenomenal. O Brasil tem liderado a corrente da autonomia dos povos. Uma postura que já tem efeitos na América Latina, mas terá no mundo inteiro.

O Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul formam hoje a mais poderosa força econômica e política do mundo, com projetos que quebram a hegemonia das potências centrais, e devem usar isso para defender a biodiversidade, para defender o Planeta como um todo. Devemos usar essa força para desfazer os erros cometidos no

passado, durante o longo período de controle unilateral sobre essas questões.

Cada um desses países tem sua área de influência, suas prioridades, suas características próprias, mas em muitos pontos há convergência. O Brasil tem se tornado um exemplo de afirmação da soberania dos povos, não só na América do Sul e América Latina, mas no mundo todo. A China é por si só uma potência. A Rússia tem grande poder e influência. A África do Sul lidera a luta pelo soerguimento daquele continente e a Índia também representa uma liderança emergente com grande potencial.

Juntos, esses países podem unificar posições com muita força, pois têm a obrigação de agir de acordo com os anseios por um mundo sustentável. Devemos observar que esse tipo de atitude começa a quebrar um ciclo de séculos de dominação do chamado Terceiro Mundo. São países que tiveram suas riquezas naturais saqueadas ao longo do tempo, a começar pelo ouro. Outros minérios e a própria água continuam sendo confiscados. É hora de isso mudar.

E essa mudança, que pode ser proporcionada pelos BRICS, precisa seguir uma rota diferente no que se refere ao desenvolvimento, buscando o caminho da sustentabilidade. É aí que está a grande novidade, porque de nada adiantará quebrar a hegemonia dos países centrais se for para continuar fazendo a mesma coisa que eles fazem, cometendo os mesmos erros, como o de permitir a apropriação privada de bens públicos, submetendo suas populações à mesma situação de desigualdade, de exclusão. A superfície da Terra deve ser reocupada por seres humanos.

O fracasso das experiências do Leste Europeu e agora uma nova e profunda crise nos países centrais do capitalismo, indicam que a Humanidade precisa que sejam apontados esses novos caminhos. Mais do que isso, precisa perceber que esses novos caminhos não são propriamente inovadores, porque devem resgatar as formas de vida que abandonamos

para dar espaço ao capitalismo. Isso, no fim das contas, significa dizer que a biodiversidade, embora degradada, está ainda ao nosso dispor e o conhecimento a respeito do seu uso sustentável existe também. Mudar, é uma questão de querer.

O Brasil tem a responsabilidade de hospedar o maior evento do mundo sobre clima, que será a Rio + 20. Apesar da histórica importância da Rio-92, a biodiversidade do Planeta mudou bastante, para pior, em 20 anos. O que esperar agora?

Eu estive no Rio em 92, quando o Brasil teve o grande privilégio de hospedar o primeiro encontro mundial para debater esse tema. E pela primeira foi possível fixar um comprometimento dos países em preservar a biodiversidade do Planeta, através da Convenção da Diversidade Biológica, e a questão do clima foi tratada com consistência. Pela primeira vez criamos normas sobre mudanças climáticas e se fixou os princípios do Rio. Criou-se uma jurisprudência em torno da questão. O que efetivamente avançou, depois, é outra história.

Vinte anos depois, o Brasil novamente hospeda essa discussão, num momento em que a situação ecológica do mundo está pior. Mais espécies da flora e da fauna desapareceram, surgiu mais instabilidade climática, maior número de pessoas passa fome, mais rios estão poluídos, a situação da saúde se agravou. Cada país tem suas características e contribui de alguma forma para a destruição do meio ambiente, mas o importante é que, de alguma forma, também, apareçam soluções para os danos causados. É importante que agora façamos com que os compromissos assumidos sejam honrados, para que, daqui a 20 anos, por ocasião da Rio + 40, não voltemos aqui com os mesmos problemas, ainda mais agravados.